

É de longa e admirável tradição desta Casa dar início aos seus trabalhos escolares pela clássica aula de abertura dos cursos.

Com emoção recebi de meus colegas de Congregação a honrosa tarefa com que me distinguiram elegendo-me para proferir a aula inaugural do ano letivo de 1962.

—o—

Meus senhores, como todos sabemos, a medicina nasceu com a humanidade.

Protegendo-se das intempéries, o homem fazia a profilaxia da doença.

Em verdade, nenhuma profissão aproxima-se mais do homem que a medicina. O médico vivendo para o homem e pelo homem, realiza, através de civilizações, a mais sublime obra humana, o maior dos mandamentos: — o amor ao próximo.

—o—

Estas considerações iniciais nos levam ao encontro do tema que pretendemos desenvolver nesta aula, qual seja o das relações entre a ciência médica e os valores humanos.

Queremos justamente ressaltar, meus senhores, que já a determinação do objeto de estudo da medicina nos põe em face de profundas implicações com toda uma ordem de valores e fins.

Com efeito, o objeto da medicina não é suscetível de uma delimitação formal, abstrata, não pode ser circunscrito a um ângulo exclusivo e rigorosamente específico de interesse. O físico ou o químico, por exemplo, têm diante de si um objeto de estudo que se constitui num aspecto exclusivo, suscetível de uma con-

sideração inteiramente específica. De certo modo, estas ciências visualizam, num procedimento analítico, uma parcela, um aspecto da realidade: as substâncias, a energia ou a matéria. Aqui, o objeto de estudo se apresenta isolado, é algo que pode ser mantido rigorosamente sob as exigências de objetividade da observação e da experimentação, como uma realidade neutra, como um problema ou uma fórmula. Em medicina, porém, o interesse específico é permeável a toda uma densidade de valores e motivações que emanam da complexa e unitária realidade que temos diante de nós. Esta realidade, configurada pela presença humana do paciente, tem uma consistência inconfundível a que não podemos ficar alheios ou indiferentes.

Qual de nós — médicos e estudantes — não sentimos qualquer coisa de grave e de solene quando transpomos a porta de um necrotério, de uma enfermaria ou de uma sala de operações? Será a simples presença da matéria capaz de despertar tal emoção? O complexo elétron-próton, que temos diante de nós, terá, por si só, o poder de desencadear esse grave sentimento?

Na verdade, senhores, o doente não é uma ficha, um prontuário, um leito, um número, como também não é um caso, um problema, um mero objeto de estudo. O doente é uma pessoa humana. Eis aqui o aspecto mais irredutível da realidade que interessa à ciência médica.

A presença humana do paciente é uma realidade inconfundível, de sorte que não podemos sequer tocá-la sem que a sua dignidade se imponha a nós, nem podemos compreendê-la sem admitir a sua transcendência.

Mesmo o corpo inerte e frio que en-

\* Aula inaugural do ano letivo de 1962.

\*\* Professor Catedrático de Clínica Urológica.

contramos distendido sobre a mesa de dissecação não é somente músculos, ossos e vísceras. É ainda depositário de uma série de valores humanos.

Assim, se nos damos conta de que a medicina está voltada para algo que não se reduz a uma soma de fenômenos físico-químicos, para algo que nos concerne e nos implica por força da sua realidade; algo, em suma, que reconhecemos — não como um organismo enfermo, simplesmente —, mas como uma totalidade, como um ser humano, então, senhores, a compreensão do sentido da medicina requer, previamente, uma consideração sobre a realidade do homem.

Que é o homem?

Esta é a pergunta com que depara o estudante ao ingressar numa Escola onde se vai estudar o homem no plano concreto. O afã da pergunta não se detém — bem o sentimos — ante a constatação dos admiráveis fenômenos que animam um corpo humano. Seja qual for a idéia que possamos fazer do homem, jamais deixaremos de reconhecer toda uma dimensão dessa realidade que excede o plano estritamente biológico.

Atentemos para essa criatura que vem ter conosco no consultório: — um rosto que mal dissimula os receios e as vicissitudes da moléstia, um olhar em que percebemos a nota de espanto que se vai transmutando, pouco a pouco, em confiança. Ao fim da consulta, ao nos despedirmos do cliente, podemos nos dar conta de que, naquela hora, ele se revelou inteiramente como pessoa, contou-nos algo de sua vida, de seus anseios, de suas inquietações. A nossa disposição de curá-lo significa, para este homem, algo mais: significa que aderimos aos seus anseios de criatura humana, que nos colocamos ao seu lado ou buscamos com ele a plenitude que a doença viera interromper. Comprometemo-nos com a esperança daquela pessoa. E secretamente compreendemos a extensão, o inefável sentido dessa esperança: é um anelo que envolve todas as virtualidades humanas do paciente, e não, apenas, o desejo específico de um restabelecimento orgânico. Assim, a aposta que fazemos tem um sentido mais profundo: empenhamo-nos pela inteireza existencial do homem.

Este, meus senhores, é um aspecto

da resposta que nos cumpre dar àquela pergunta fundamental que, implicitamente, vai sendo elaborada na inquietação do estudante de medicina: — Que é o homem?

Sim, é na experiência humana, no trato diuturno com doentes, com homens da mais variada procedência social e da mais diversificada formação ideológica, que o médico encontra os grandes indícios para a compreensão acerca do homem e da vida.

A nossa profissão implica, pela sua natureza mesma, uma atitude bem característica na maneira de conceber a vida e o homem. Nenhuma atividade tem, como a nossa, esse caráter de aproximação e de plena franquia à realidade humana. Enfrentamo-la na sua condição de organismo e na sua condição de pessoa; assistimos à criança que nasce, ao doente que se restabelece e ao homem que sucumbe a uma enfermidade invencível. Experimentamos a maior e mais humana satisfação, ou mesmo certa suficiência, ante a cura de graves doenças; e, por outro lado, nos vemos tolhidos, sentimo-nos carentes e vencidos face à morte inevitável. Isto revela, meus senhores, que o médico experimenta, como que elevadas à segunda potência, todas as condições que marcam a existência humana. Daí que, aos nossos olhos, se imponha uma visão real do homem.

Em que consiste essa visão real, esse humanismo médico?

Diremos que o nosso humanismo, essa concepção do homem que o exercício da medicina infunde em nós, consiste em não pactuar jamais com os esquemas abstratos, com as meras fórmulas, com o sumarismo das ideologias que pretendem reduzir o homem a um conceito, encerrando-o em perspectivas parciais, que o desfiguram e o mutilam. Nada temos a ver com o homem abstrato, com o homem visualizado a partir de um ângulo específico, e sim com o homem que é inteireza humana, aquele que podemos identificar como presença ao nosso lado, chamar-lhe pelo nome, apertar-lhe a mão, afeiçoá-lo a nós como igual. Medimo-nos com ele a cada dia, na rua, no trabalho, e o reconhecemos como feito da mesma contextura, sujeito às mesmas contingências, e também, como nós,

portador de exigências, capaz de escó-lhas, votado a uma esperança. Precisa-mente isto, meus senhores, esta exigên-cia de sentido, êsse afã de fazer e que-rer algo, é bem a nota que o abrange na sua verdade mais ampla e mais inefável. Êste é o seu traço mais verídico de cria-tura humana: — a esperança.

É bem isto que constatamos, é bem essa verdade que emana do cernice de nossa experiência clínica. Justamente nós, médicos, que nos entregamos à dissecção anatômica, que procuramos estu-dar e observar os fenômenos fisiológicos, que auscultamos os batimentos do cora-ção e estamos rigorosamente advertidos quanto às condições necessárias ao fun-cionamento do organismo, nós, por ou-tro lado, sabemos também que há um **plus** irredutível sem o qual negaríamos o homem verídico. Sim, nós sabemos que o homem não é um simples objeto físico, nem mesmo um animal despro-vido de alma.

Perguntemos a um antropólogo, e êle nos fará compreender a diferença qualitativa, essencial, entre o homem e o animal. Sobretudo, êle nos fará aten-tar para o fato de que o homem, dife-rentemente do animal, foi capaz de mo-dificar seu próprio meio por obra da cul-tura.

Que significa isto, qual a extensão e o alcance dêsse fato de que o homem é o único animal capaz de modificar seu próprio meio?

Detenhamo-nos um pouco nesta par-ticularidade essencial. Na verdade, o ho-mem não está fechado num condiciona-mento rigoroso entre o seu organismo e o meio físico. Sua atitude não pode ser explicada por um mecanismo de estímu-los e respostas face ao meio natural. O homem ultrapassa o que é simplesmente dado, modificando, êle mesmo, o meio em que vive, elaborando-o, afeiçoando-o, enfim humanizando êsse meio. Compre-ende-se, assim, que o homem tem a li-berdade de dispôr sobre o meio ambiente.

A diferença essencialmente humana da sua conduta consiste nesse acrésci-mo, nessa possibilidade de exceder as condições primárias, de criar novas mo-dalidades de adaptação.

Se no animal a relação organismo-meio consiste num equilíbrio rigoroso e simétrico, uniforme e invariável, a que

nada falta, porque tudo se reduz a de-terminações necessárias; no homem, po-rém, essa relação se processa numa pers-pectiva mais aberta, através da qual suas atitudes se distinguem das simples res-postas adaptativas, configurando-se co-mo atos livres e criadores.

O animal jamais se destaca do meio, está imerso e prêso a êle, de tal modo que a sua conduta pode ser entendida, sempre, como comprometimento neces-sário com o meio físico. O homem, pelo contrário, é capaz de tomar certa distân-cia em relação ao meio dado, é capaz de objetivá-lo, de organizá-lo conforme às suas exigências, desde as mais imediatas e elementares até às mais complexas e requintadas.

A conduta animal consistindo numa estrita correspondência entre organismo e meio físico se traduz, por assim dizer, numa contabilidade equilibrada que não acusa **déficit** nem **superávit**. A conduta humana, entretanto, acusa como o que um **superávit**, que é a margem da sua transcendência, da sua liberdade, da sua exuberante vocação criadora. **Superávit** — ressalvemos — que exprime não ape-nas uma diferença quantitativa, mas também qualitativa, essencial.

Max Scheler, numa obra admirável em que procura situar o pôsto do homem no Cosmos, observa que, no homem, a relação entre o organismo e o meio se processa através dêsse centro que é a **pessoa**. Realmente, a nossa liberdade e transcendência emanam dêsse núcleo, dêsse ponto de convergência que é, em nós, a **pessoa**.

E dizer que o homem é uma **pessoa**, meus senhores, significa, mais profunda-mente, que êle é uma **presença**: — pre-sença diante de si mesmo, como poder de reflexão, como auto-consciência; pre-sença diante do outro com quem estabe-lece diálogo e compartilha a vida; pre-sença, afinal, que é atuação cultural, construção da morada, sementeira da terra, invenção técnica.

Eis, senhores, todo um conjunto de virtualidades que só encontramos no ho-mem e que o caracterizam como um ser espiritual.

A essas disposições especificamente humanas, cumpre acrescentar aquelas que o explicam como ser moral, como consciência livre. Particularmente sob

êsse aspecto ressalta, de modo indiscutível, o quanto são exíguas as concepções que procuram o homem numa escala puramente animal. Pois o homem não age movido, simplesmente, por impulsos, por tendências cegas ou reflexos. Seu agir é sempre valorativo, consiste sempre numa escolha, numa eleição de valores que apontam para fins.

Dizer que somos criaturas livres, que somos capazes de cultura, que somos espírito, significa que percebemos valores e, portanto, agimos com propósito, escolhendo entre o bem e o mal, entre o mais valioso e o menos valioso. Recusamos a indiferença, precisamente porque não estamos encarcerados na matéria, porque não consistimos, como o animal, num organismo mecanicamente inserido na ambiência física. A nossa posição de homens assenta, pois, no privilégio de escolher: — agimos, fazemos, mas sempre segundo um sentido, sempre na direção de fins valiosos. Estamos comprometidos com o que tem sentido; não temos vocação para a gratuidade e a insignificância.

Assim, meus senhores, a civilização, a trajetória cultural percorrida pelo homem ao longo dos séculos, tem sido uma busca, por vezes dramática, de ideias mais elevadas, de aspirações mais valiosas. Tôdas as manifestações da cultura gravitam, pois, em torno dêsses polos do valor, sejam as ciências, as técnicas, as artes as instituições.

Com efeito nada se justifica senão em função de uma finalística valiosa, senão em função de bens que apontem para a plenitude humana, para a satisfação dos nosso apelos fundamentais.

Sempre que o fazer humano perde sentido e as manifestações culturais deixam de responder a um Bem planejador, resultam as grandes crises, os desajustamentos e os paroxismos de uma civilização incapaz de se justificar, minada de nihilismo e desespero.

Daí que não possamos conceber ciência ou técnica senão a partir de uma efetiva implicação com a escala mais ampla das aspirações humanas. Assim, ciência e técnica, tal como devemos concebê-las, são duas importantes modalidades daquele privilégio humano que consiste em transformar o meio inóspito e convertê-lo em morada, torná-lo habi-

tável, fundar a cidade do homem, no sentido mais essencial da palavra.

Ciência e técnica, portanto, manifestam que o homem é livre e criador, capaz de instaurar sobre o meio natural, áspero e primário, um **mundo cultural**, que é obra do seu engenho, projeção da sua transcendência e da sua espiritualidade.

Se assim é, se a ciência e a técnica constituem modalidades dêsse desdobramento tipicamente humano que é converter a natureza em recinto de habitação, então, meus senhores, a função que elas exercem é, sempre, solidária e mesmo indissociável do ideal humano de tornar o mundo cada vez mais humanizado.

O que dizer, entretanto, quando ciência e técnica, tendo adquirido tamanha eficácia e tão prodigiosa exuberância inventiva, chegam a implantar um mundo que ganha um caráter inabitável, um mundo que corre o risco de não ser mais a morada, mas uma rígida engrenagem, um recinto que agride a nossa sensibilidade?

O que dizer, meus senhores, quando ciência e técnica deixam de responder à finalística a que foram votadas, desligando-se dos nossos afãs vitais e existenciais, constituindo-se em tarefa destruidora, em arma do homem contra o homem, em sinistra eficácia, em instauração do pânico?

Então, senhores, a transformação do meio operada pelo homem, através das suas ciências e das suas técnicas, deixa de ser obra cultural, deixa de ser trabalho civilizador, deixa de ser manifestação superior. Porque — já o dissemos — **cultura** tem sempre aquele sentido originário de atividade de subsistência, de proteção e de invenção criadora. Cultura não consiste em inventar o desastre, em envenenar as camadas atmosféricas, em escravizar o homem à máquina, em legalizar a injustiça social, em fabricar instrumentos de tortura. Cultura é algo que corrobora a vida, é a maneira livre e espiritual de sanidade do homem.

O que dirá o médico em face de tantas ameaças, em face de uma civilização que, sob muitos aspectos, deixa de ser solidária do homem?

A medicina, por excelência, corresponde àquele sentido de instauração do

habitar humano, de abrigo e proteção do homem ante as condições hostis do meio natural. Seu sentido reside na proteção, no amparo. **Curar** — bem o sabemos — também significa cuidar, preservar. Originariamente, a função do médico, do curandeiro das populações mais antigas, compreendia o cuidado do grupo humano, em sentido mais amplo, inclusive como mediação entre a natureza e os poderes sobrenaturais. Cabia, pois, ao médico, proporcionar ao grupo uma forma de amparo e proteção de caráter religioso. Isto revela que, para o homem mais primitivo, ressaltava com tóda a evidência a finalística da medicina como atividade a serviço do bem, como mister votado ao restabelecimento do corpo e do espírito.

Hoje, na avançada etapa da civilização em que vivemos, embora a medicina se haja tornado tão complexa, adquirindo um apreciável grau de rigor e positividade, a função do médico não pode deixar de guardar — **mutatis mutandis** — êsse sentido de comprometimento humano quase religioso. Na verdade, foram os seus meios — o aparato técnico-científico — que se transformaram; suas finalidades, entretanto, permanecem as mesmas, nem podem ser desvirtuadas. Neste sentido, vem a propósito lembrar as palavras do notável cirurgião-filósofo que foi René Leriche, quando diz que na medicina há, ao mesmo tempo, a objetividade da ciência e a arte do Bom Samaritano.

—o—

O que dirá, pois, o médico — cujo mister concerne às virtudes do samaritano e à objetividade do homem de ciência —, o que dirá o médico diante desse mundo que, dentro em pouco, talvez possamos chamar, com a mesma ironia de Aldous Huxley, de “admirável mundo nôvo”?

Até que ponto, meus senhores, essa desumanização da técnica terá atingido a nossa arte, o ofício que escolhemos no intuito de trabalhar pela saúde face à doença, de trabalhar pela vida face à morte?

—o—

Devemos reconhecer que, sob certos

aspectos, a despeito da vultosa contribuição que trouxe ao exercício da atividade médica, o tecnicismo, não raro, tem levado o médico a um procedimento abstrato, excessivamente indireto e fragmentador. Verifica-se certa tendência para conduzir o tratamento do paciente de modo apriorístico, lançando mão, invariavelmente, de terapêutica-tipo, seja pelo abuso dos antibióticos, seja pelo abuso da intervenção cirúrgica, seja pelo emprêgo quase obcessivo da fisioterapia, seja ainda por outros exclusivismos, inclusive aqueles que vêem na psicanálise a terapêutica para todos os males... Tais exageros têm como consequência, quase sempre, a perda de uma perspectiva mais ampla no diagnóstico das moléstias, impedindo uma coordenação de elementos e dados concretos em função da totalidade que é a pessoa do enfermo.

Em alguma medida, é certo que o grande desenvolvimento técnico-científico da medicina acarreta ônus inevitáveis, como a tendência para a especialização cada vez maior. Somos, porém, dos que admitem como imperiosa a exigência de especialização, embora reconheçamos que ela dê margem a exageros e desvirtuamentos que podem afetar o sentido mais pleno da medicina. Entendemos, mesmo, que as qualidades pessoais de cada médico poderão superar as limitações daí decorrentes, de modo que o doente não seja nunca reduzido à condição de portador de um caso específico, mas possa ser considerado mais amplamente.

Essa consideração mais ampla, meus senhores, requer do médico, como que em extensão e em profundidade, uma intuição da realidade do cliente. Sua realidade se exprime na incidência de uma série de fatores, não só biológicos e psíquicos, mas também econômicos e culturais. Como homem, êle vive e atua num contexto cultural, e sua presença, e mesmo seu organismo, revelam as marcas desse âmbito a que pertence.

Realmente, na étio-patogenia de certas moléstias vamos encontrar como fatores causais as pressões e violências que decorrem das condições de vida no mundo de hoje, mundo que foi implantado pelas extraordinárias transformações do progresso técnico-científico. Particularmente sensíveis são as neuroses, as perturbações oriundas da angústia, do sen-

timento de desamparo e solidão que o homem tem manifestado ante essa realidade ameaçadora que éle próprio criou. Haja vista que a grande incidência de cardiopatias vincula-se ao ritmo de vida — sem dúvida, estressante — a que está obrigado o homem nesta civilização empolgada pelas conquistas da técnica. Aliás, em recente palestra proferida no curso de extensão para jornalistas, o Professor Rubens Maciel teve ocasião de caracterizar, com a riqueza expressiva de sua palavra inconfundível, o quanto as circunstâncias da vida de hoje podem ser responsabilizadas pela frequência das afecções cardíacas.

No setor de nossa especialidade, a Urologia, já têm sido aventados diversos aspectos dessa influência que se faz notar sobretudo em certos setores do trabalho. Neste sentido, basta lembrar os casos de tumores de bexiga entre os homens que trabalham em fábricas de anilinas. Aliás, a hoje tão sedutora teoria do stress tem apontado como causas da litogenesia urinária os estímulos ou irritações do sistema nervoso central, ou mesmo os desequilíbrios neurovegetativos e talvez endócrinos.

Aí temos alguns exemplos, meus senhores, que revelam não apenas casos isolados de incidência desta ou daquela afecção, mas algo que poderíamos entender como sendo tôda uma conjuntura patológica a comprometer, em última análise, o sentido de sanidade, de equilíbrio e de ajustamento da vida cultural do homem.

Saúde, meus senhores, é, em última análise, também um fato cultural, e não, unicamente, uma expressão do equilíbrio biológico entre o homem e o meio natural. Saúde é, pois, ajustamento cultural, o que vale dizer, ajustamento moral e social.

Assim, portanto, tem muita pertinência interrogar o médico a respeito dêste mundo em que vivemos. Qual a sua conclusão mais extensiva, qual o seu diagnóstico mais profundo, ante as circunstâncias culturais que marcam a feição dêste surpreendente mundo de hoje?

Talvez, meus senhores, não possamos fugir a uma dolorosa conclusão, seguindo ainda a perspectiva de nossas observações anteriores: O homem é o único animal capaz de criar seu próprio

meio. Irônicamente, porém, o homem de hoje parece estar criando um mundo que ameaça destruí-lo.

—o—

Cumpre, pois, ao médico, reclamar êsse sentido mais amplo de sanidade a que aludimos. Aí temos a ferir a nossa sensibilidade, a agredir nossos sentimentos cristãos, todo um mecanismo social montado sobre injustiças, articulado pelas desigualdades, perpetuado pelas convivências. É particularmente no setor da medicina que encontramos as circunstâncias mais pungentes de negação do homem pelo homem. Por isso, devemos cada vez mais, implicar o sentido da nossa atividade médica com o restabelecimento do organismo social, cuja enfermidade é, sob muitos aspectos, o núcleo donde provém tantas doenças que procuramos combater.

Êste é um aspecto a que a nossa Faculdade não pode estar alheia. Já pelo sentido social que hoje assumem os institutos universitários, já pela essencial implicação humana das atividades médicas, a nossa Faculdade está sendo chamada a considerar, a partir de perspectivas consentâneas com as exigências técnicas, as possibilidades de ser organizado em nosso meio um eficiente sistema de assistência médico-social.

Por outro lado, no âmbito mais restrito de nossa atividade clínica, devemos ter sempre presente que o nosso trabalho não se pauta em termos de rentabilidade econômica. Se é certo que dêle tiramos o nosso sustento, que nêle encontramos os meios de prover as nossas necessidades materiais, isto não significa, entretanto que a ação do médico possa assumir as características de um negócio. Nenhuma atividade tem maior compromisso com o homem do que a nossa, e, portanto, nenhuma atividade exige maior escrúpulo do que a medicina no que concerne às compensações materiais. Êste é o preço da dignidade que o exercício da medicina nos confere.

—o—

Eis, meus senhores, tôda uma perspectiva através da qual entendemos o nosso humano ofício de cuidado humano.

Se uma visão puramente biológica ou material do homem não esgota a vocação da medicina, se os instrumentos da técnica não justificam o olvido dos fins autênticos que a legitimam, — como haveremos de definir, pois, a missão do médico?

Quando nos reclinamos sôbre o leito de um paciente, quando transformamos em esperança a dôr de seus olhos, quando trazemos o bálsamo às aflições de família, ou quando, no silêncio dos laboratórios, lutamos contra os mistérios do mal — na verdade, sempre, nos empenhamos na restauração de bens e valores, do corpo e da alma, individual e social. Combatemos a enfermidade, restituímos a vida, evitamos o contágio, tranquilizamos o espírito, vencemos a dôr, restauramos o amor, contribuimos para a paz.

Saúde, vida, esperança, amor, paz são bens que renascem de nossas mãos. Ressuscitamos a ordem criada. Diria que, na verdade, ajudamos Deus a mantê-la.

Esta, a nossa missão autêntica — a de colaborar com uma criação que não foi nossa, mas que nos é dada, para que penetremos, dia a dia, em seu mistério insondável, e para que, assim, quanto mais conhecermos o ser criado, tanto mais possamos contribuir para a preservação e restauração dos valores lesados pelo mal. Queiramos ou não, a verdade é que estamos engajados na luta eterna entre o Bem e o Mal.

Disse que ajudamos Deus a manter a criação. Direi, agora, que seríamos outros deuses se, sôzinhos, com nosso engenho, com nossa técnica, com nossa ciência e, mesmo, com tôda a nossa caridade e nosso amor, pudéssemos vencer o mal, e triunfar sôbre a morte.

É estranho, e quase injusto, que nossa luta sofra a marca dessa contingência, que nosso amor pelo próximo — às vezes, o amigo, o colega, a mãe, a espôsa, o filho — o nosso empenho dramático em preservar-lhes a vida, sucumbem ante algo que representa um limite implacável ao nosso poder.

Porque não podemos vencer a morte?

A resposta a esta pergunta costuma conduzir-nos a nós, médicos, a uma opção vital.

Se dêsemos ouvidos à voz de um ressentimento muito humano, em face da própria derrota, se nosso orgulho ferido falasse mais alto que a razão, — facilmente negaríamos Deus, e erigiríamos em seu lugar os deuses da técnica, da ciência e da eficácia. Mal saberíamos ocultar, então, a desesperança de um amor frustrado. E nos aturdiríamos numa negação que nada explica, e que rouba qualquer sentido à vida e à nossa própria luta.

Se, ao contrário, reconhecermos, com objetividade, que somos impotentes ante a morte porque não fomos os criadores da vida: que, como criaturas, trazemos a contingência em nós; que o mistério da morte participa do mistério da vida; que os bens pelos quais lutamos constituem refulgências de um Amor incriado, — então, sim, nosso combate encontra explicação e sentido.

Estaremos, só aí, justificados. Tudo demos pela vida do paciente. Levamos a ciência e a devoção ao máximo. Cumprimos o dever com amor e sangue. Não fracassamos. A morte não é uma derrota. É um mistério que nos transcende.

O cadáver do próximo, não é mais aquêle doente que tudo esperava de mim, e que eu cheguei a amar, não é o amigo, não é o pai, nem é o filho.

Não é possível que tôdos êles, que eu, que nós, nos reduzamos à transitoriedade da matéria.

Vemos, então, que nossa devoção pelo próximo se destinava a uma presença, que desapareceu com a morte, mas que com ela não sucumbe.

Cuidamos do homem, como pessoa, dentro de uma visão integradora e total.

Esta visão do homem — objeto específico da arte médica — por paradoxal que pareça, costuma ser olvidada no curso de medicina. Submetemos o ser humano tão só às distorções da análise: dissecamos-lhe o cadáver, contemplamos a fisiologia dos seus órgãos, estudamos as doenças e as terapêuticas específicas, aprendemos a diagnosticar sintomas particulares, sondamos seus conflitos individuais, enfim, dividimos, fragmentamos, partimos e repartimos o indissociável objeto de nossa ciência.

Ao cabo de tanta análise e tamanho esforço, acaso, o que é o homem?

Falta, sem dúvida, em nosso currículo, uma cadeira que permita tal síntese integradora e valorativa.

Seja, pois, a conclusão desta aula

um apêlo veemente à douta Congregação e à nobre Direção da Escola, para que se inclua no curso médico a cadeira de antropologia cultural. Só assim o estudante sairá desta Faculdade, com a noção exata das dimensões do homem.